

O PAPEL DAS ELITES NAS TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS¹

Gláucio Soares

Pesquisador do IESP/UERJ

✉ soares.glaucio@gmail.com

Resumo: *As interpretações das transições para as democracias a partir das elites, enfatizando a essencialidade do consenso entre elas, omite a pouca importância que todos os setores civis tinham nas decisões tomadas por militares. Omite, ademais, outras classes e setores numericamente muito importantes com alta capacidade de mobilização. A ausência de consenso no que concerne a definição de elites (sempre escrita no plural) entre os analistas que endossam essa perspectiva, assim como a quase ausência de pesquisas empíricas, reduz o potencial explicativo das teorias da democratização baseadas exclusivamente, ou quase exclusivamente, nas elites.*

Palavras-chave: *Elites; teorias das transições; classes omitidas; militares; ditaduras; redemocratização; escassez de dados empíricos*

Abstract: *The interpretations of transitions to democracy from an elite standpoint, often emphasizing the essential role of inter-elite consensus, omits the near-irrelevance that all civil sectors had in decisions made by the military. It also omits that other classes and sectors, that were numerically very large with high mobilization potential. The absence of a definitional consensus of the elites (always written in the plural) by those who worked in this tradition, coupled with the scarcity of empirical research, reduced the explanatory potential of elite-based democratization theories.*

Keywords: *elites; transition theories; omitted classes; military political roles; dictatorships; redemocratization; lack of empirical data.*

O momento em que reviso esse texto, próximo ao meio século que transcorreu desde o golpe militar de 64, reacendeu o interesse em pesquisar os golpes antidemocráticos, os regimes militares latino americanos e as transições para as democracias.

Uma corrente teórica analisa a transição democrática a partir das elites. É uma tradição respeitável, que inclui um número grande de adeptos nos países centrais, particularmente nos Estados Unidos, e alguns seguidores na

¹Quando o autor escreveu o rascunho desse texto era Professor Titular na Universidade da Flórida. Atualmente, é professor e pesquisador do IESP-UERJ.

América Latina. Os seus adeptos condicionam o sucesso tanto da transição democrática quanto da *consolidação democrática* (posterior à transição e não menos importante) a algum tipo de entendimento entre as elites. É intuitivo que num país no qual as elites estão divididas, a transição é mais difícil do que em outro no qual as elites estão unidas e profligam pelo retorno à democracia. Distinguem entre *acordo*, *convergência* e *desunião* entre as elites. A desunião dificultaria, ou até impossibilitaria, a consolidação democrática. A desunião não faz a força.

Naturalmente, há os que percebem a própria desunião entre as elites como um indicador de uma cultura política não democrática. Afinal, elites que não conseguem se entender, mesmo face a um perigo maior, o da ditadura militar, dificilmente fariam parte de uma cultura política democrática. Não obstante, Burton, Gunther e Highley, três representantes dessa corrente, negam que o consenso entre as elites seja um resultado de uma cultura política democrática. Afirmam, por exemplo, que em três países onde houve elites unidas por consenso, “o México, a Venezuela e a República Dominicana - virtualmente não tinham tradições de governo democrático que pudesse criar uma cultura política democrática que, por sua vez, pudesse criar um consenso e uma unidade da elite” (BURTON, GUNTHER, HIGHLEY, 1992, p. 339, tradução nossa). É irônico que dois destes países, México e Venezuela, tenham experimentado levantamentos armados, civil no primeiro, militares no segundo.

Embora vários autores tenham se policiado e evitado formular uma grande teoria da transição democrática, Burton, Gunther e Highley insistem na necessidade de construção teórica e que a perspectiva que enfatiza o consenso e unidade das elites é o caminho mais adequado (BURTON, GUNTHER, HIGHLEY, 1992).

Bruneau é um canadense que também estudou a transição brasileira a partir da perspectiva das elites. Um dos seus trabalhos mais relevantes para

este livro foi publicado na coletânea editada por Higley e Gunther (1992). Como é comum no caso de coletâneas, corre-se o perigo de atribuir ao elenco de contribuidores uma coerência e uma unidade de pensamento que não existe.

Bruneau pertence à ampla categoria de comentaristas da transição que apresentam, de forma judiciosa, uma *interpretação* baseada em fontes escritas, o que é uma deficiência legítima. Lista uma série de condições e circunstâncias que teriam contribuído para que a transição se efetuassem, sem tentar estabelecer uma ordem de prioridades. Num livro em inglês, escrito para um público nem sempre familiarizado com o Brasil, se vê forçado a proporcionar informações básicas que, no Brasil, seriam dispensáveis. Acha que não há consolidação das elites brasileiras, o que ameaçaria a estabilidade da nossa frágil democracia (BRUNEAU, 1992). A tese de Bruneau é a de que a democratização se deu sem que as elites entrassem num acordo. Sublinha que “certo grau de consenso e unidade tem existido entre as elites brasileiras, mas se baseia na oposição à entrada das massas. É um consenso antidemocrático” (BRUNEAU, 1992, p.259).

Esta é uma hipótese tentadora e, *intuitivamente*, só podemos concordar com ela. Entretanto, entre os seus adeptos, às vezes se observa uma certa confusão entre elites, *tout court*, e elites *políticas*. O conflito entre Maluf e outros próceres do PDS, ou entre ele e o grupo que se aliou para eleger Tancredo não significa que as elites econômicas do país estivessem divididas, nem que não estivessem. E, como em várias outras análises a partir da perspectiva das elites, não há nem uma definição empírica do que são as elites, nem um só dado que indique a sua união ou a sua desunião.

Outro ponto enfatizado por Bruneau e por muitos outros analistas é o das vitórias do MDB em 1974, 1976 e 1978. Não há dúvida de que houve um crescimento do MDB; entretanto, a questão é saber a que se deveu este crescimento, uma vez que os dados indicam um crescimento do MDB muito

superior ao decréscimo da ARENA. Um estudo sugere que o decréscimo da ARENA nestas eleições se ajusta bem ao decréscimo *histórico* dos partidos conservadores, baseado na mudança na composição socioeconômica do eleitorado (SOARES, 1983). O segredo desta superficial impossibilidade aritmética, na qual o MDB ganhou mais do que a ARENA perdeu, se encontra no decréscimo dos votos nulos e brancos, que assinalariam a maior aceitação do MDB, um partido que foi criado *manu militari* pela ditadura, como um partido de oposição ao regime que o criou.

Uma restrição ao impacto da mensagem dessas derrotas eleitorais sobre os líderes do regime militar é que o seu principal interlocutor, que ouviam com mais frequência e ao qual concediam maior relevância, não era a sociedade civil nem a elite política, mas a própria corporação militar. Um diálogo muito restrito. Na sua percepção, quem os ameaçava não era a sociedade civil nem eram os partidos políticos, mas grupos de militares. O seu isolamento social, por um lado, e a percepção realista de que quem tinha o quase-monopólio dos meios de coação eram os militares, pelo outro, faziam com que a significação atribuída ao que se passava no mundo político-eleitoral fosse bem menor do que seria num regime democrático. A continuidade do regime e a sucessão não dependiam, majoritariamente, do mundo político, partidário e eleitoral, mas dos que detinham as armas. Em nossas entrevistas, ficou claro que a significação das mensagens das derrotas eleitorais era muito menor do que supúnhamos na sociedade civil e no mundo acadêmico. A democracia eleitoral, repetimos, não era um valor supremo para os militares, como não o era para boa parte dos políticos: para os *blandos*, era um problema de engenharia eleitoral; para os *duros*, era uma formalidade desagradável, custosa e dispensável.

A perspectiva das elites na análise das transições democráticas enfrenta sérios problemas conceituais e empíricos. Em primeiro lugar, os autores não definem o que entendem por elites. É um conceito que tem variado muito no

tempo e no espaço e que não encontra uma definição operacional consensual. Não queremos dizer com isso que todos autores tenham que redefinir todos os conceitos em seus trabalhos, atingindo um alto grau de consistência, tornando-os imunes às críticas internas. Porém, não há definição de elite que se aproxime a um consenso. E, se lermos os vários trabalhos que usaram esse conceito na análise das transições políticas, inclusive os coordenados pelos autores supracitados, vemos que cada um usa o termo à sua maneira. Não há uniformidade conceitual, o que dificulta a comparação.

Em segundo lugar, não há nem definição operacional nem pesquisa empírica. Os trabalhos publicados nesta tradição são, quase todos, ensaios. Não encontramos sequer entrevistas com os membros da “elite”.

Em terceiro lugar, os exemplos usados: o de acordo político (*Acuerdo del Club Naval*) no Uruguai foi um acordo entre militares e *partidos políticos*; os exemplos argentino e chileno são acordos entre partidos políticos. Para usar estes casos como exemplos de acordo entre as elites, é necessária ou uma identidade entre "elites" e partidos, ou uma relação necessária entre eles.

Em quarto lugar, esta perspectiva, quase inevitavelmente, por sua própria ênfase conceitual, pensa o mundo em termos de elites e massas. Enfrenta sérias dificuldades com os amplos setores médios que não se enquadram nas definições tradicionais de elite e muito menos nas de massa. Numa perspectiva que vê o mundo dividido em elites e massa, não há lugar para classes médias, nem as que agora são chamadas, sem compromisso teórico, de B, C e D. Herdeiros do binômio burguesia e proletariado, muitos encontram sérias dificuldades em encaixar classes médias e setores informais.

Em quinto lugar, a perspectiva subestima grosseiramente a contribuição das classes trabalhadoras na transição e na consolidação. Em nome da consolidação democrática, amplos setores das classes trabalhadoras - particularmente os menos favorecidos e não sindicalizados - absorveram pesadas perdas econômicas. As sociedades que geram teorias das elites não

são social e economicamente democráticas, o que se reflete na sobre preocupação com as elites. Ficaram de fora, ou foram severamente subestimadas, as classes médias, as classes trabalhadoras, os trabalhadores e pequenos proprietários agrícolas e o setor informal (que crescia rapidamente no período das transições latino-americanas). Não tinham espaço nas teorias da redemocratização baseadas na unidade das elites e somente delas.

Embora seja intuitivo que uma *oposição* unida oferece mais alta probabilidade de êxito do que uma oposição dividida, a perspectiva das elites necessita de muito trabalho conceitual e de muita pesquisa empírica até se transformar numa alternativa teórica viável na análise das transições e consolidações democráticas.

Referências

- BRUNEAU, T. Brazil's political transition. In: HIGHLEY, John; GUNTHER, Richard (Orgs.). *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 257-281, 1992.
- BURTON, M.; GUNTHER, R.; HIGHLEY, J. An Overview. In: HIGHLEY, John; GUNTHER, Richard (Orgs.). *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 339-340, 1992.
- SOARES, Gláucio. O Previsível Eleitor Brasileiro. *Ciência Hoje*, v.2, n.9, p.26-32, 1983.